DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 3250/2024

PROCESSO TC/MS	: TC/2065/2023
PROTOCOLO	: 2231290
ÓRGÃO JURISDICIONADA	: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APARECIDA DO TABOADO
TIPO DE PROCESSO	: DAIANE DE SOUZA PUPIN
RELATOR	: CONTRATO DE CREDENCIAMENTO
	: CONS. SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL (ATO CONVOCATÓRIO N. 002, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO. VALOR DE REMESSA ABAIXO DO LIMITE REGIMENTAL. PERDA DE OBJETO. EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO.

Trata-se da formalização do Termo de Adesão n. 010/2023, ao Contrato de Credenciamento n. 001/2023, celebrado pelo Município de Aparecida do Taboado e a empresa Clínica Médica Ipanema Ltda, cujo objeto é a contratação de serviços especializados em exame MAPA, no valor previsto de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Após a análise dos documentos anexados, a Divisão de Fiscalização de Gestão da Saúde sugeriu o arquivamento dos autos, uma vez que o valor estimado para o credenciamento é inferior ao limite previsto no Manual de Peças Obrigatórias – Resolução n. 88/2018, ANA – DFS – 3267/2024.

Instado a se manifestar, o Ministério Público de Contas acompanhou o entendimento da equipe técnica, pronunciando-se pelo arquivamento do processo, nos termos do Parecer PAR – 3ª PRC – 3746/2024.

É oportuno informar que a presente contratação é oriunda da Inexigibilidade de licitação n. 002/2023 – Credenciamento n. 1/2023, autuada nesta Corte de Contas, sob o TC/1872/2023, declarada regular por meio do Acórdão AC01-261/2023.

É o relato necessário.

Pois bem, ao compulsar os autos e com base nas informações prestadas pelo Núcleo Técnico, verifico que o Município de Aparecida do Taboado, visando à complementação dos serviços de saúde, contratou a empresa Clínica Médica Ipanema Ltda., para a realização de consultas, exames e demais procedimentos, incluindo o exame MAPA, a serem prestados na própria estrutura da contratada, pelo valor de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Acerca da remessa de documentos, o Manual de Peças Obrigatórias – Resolução TCE/MS n. 88/2018 estabelece as diretrizes e valores para o Controle Posterior. Vejamos:

> Art. 18. Serão encaminhados ao Tribunal de Contas os documentos relativos aos contratos e instrumentos análogos, quando relacionados a:
> (...)
> II. Compras e serviços que tiverem valor igual ou superior a:
>
> a) R$ 100.000,00 (cem mil reais), para o Estado de Mato Grosso do Sul e os Municípios de Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã;
>
> **b) R$ 70.000,00 (setenta mil reais), para os demais Municípios;**

Além do mais, o citado diploma legal prevê em seu art. 25, acerca de valores para o credenciamento:

> Art. 25. As contratações públicas que alcançarem o limite de remessa obrigatória, deverão ser encaminhadas para apreciação técnica deste Tribunal de Contas, considerando-se:
> (...)
> IV - O valor anual estimado para o credenciamento, quando se tratar de processo administrativo originário de credenciamento.
> **Parágrafo único**. Para fins de observância dos limites prescritos nos arts. 18 e 19 não serão considerados os valores de aditivos, se houverem;

Diante das informações expostas, verifica-se que, no presente caso, não há obrigatoriedade de envio do Termo de Credenciamento a esta Corte de Contas, visto que o valor estimado para a prestação do serviço é de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), conforme consta na Nota de Empenho nº 386 de 06/01/2023, à folha 13 dos autos.

Portanto, considerando que o contrato em questão possui valor muito abaixo do mínimo para remessa obrigatória, com a consequente perda do objeto de análise no presente, acolho o parecer do Ministério Público de Contas e **DECIDO** pela extinção e arquivamento destes autos, com fundamento no art. 11[1] do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Resolução TCE/MS nº 98/2018.

[1] Art. 11. Compete ao Conselheiro Relator, no âmbito de sua atuação no Juízo Singular:
(...)
V - decidir:
a) pela extinção do processo, em decorrência da perda do seu objeto, determinando seu arquivamento;

É A DECISÃO.

Remetam-se os autos à Gerência de Controle Institucional para providências de estilo.

Campo Grande/MS, 17 de maio de 2024.

(Assinatura digital)
LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL
Conselheiro Substituto

vaju